

TEXTO 04 - Direitos Humanos, Políticas Públicas e o futuro do SUAS: Materialidade para além do discurso.

Chegamos ao último texto do curso “Enegrecendo o SUAS, e iniciamos este encontro com um acolhimento que reconhece a trajetória construída coletivamente até aqui”. Nego Bispo, afirmava não ter dúvidas de que,

“a confluência é a energia que está nos movendo para o compartilhamento, para o reconhecimento, para o respeito. Quando a gente confluência, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente – a gente rende. A confluência é uma força que rende, que aumenta, e que amplia. Essa é a medida”. (MESTRE ANTÔNIO BISPO DOS SANTOS)

Em alguma medida, a partir deste encontro, ***nós rendemos, e essa deve ser a medida para encontrar os caminhos para ir além dos discursos de um SUAS no enfrentamento ao racismo, mas efetivamente pautado por práticas antirracistas, para construção de outros futuros possíveis.***

Este momento final não é apenas um encerramento, mas a oportunidade de reafirmar o compromisso ético e político que orienta nossas práticas no campo da proteção social. É também um convite para olharmos para o futuro para além do discurso: para os desafios e ferramentas que possam materializar nossas ações.

Abrimos a discussão com a poesia “Azul e Branco”, de Markão Aborigine, que traz à cena, com intensidade estética e potência política, a vivência de um adolescente do Sistema Socioeducativo ao concluir o período de internação.

A obra materializa, na palavra e na voz, os medos, a falta de oportunidades, as rupturas e os silêncios que acompanham esse retorno ao território. Ao mesmo tempo, revela a conquista, a esperança e a materialização da política pública como horizonte possível de proteção, cidadania e reconstrução de trajetórias.

É desse lugar de encontro entre arte, experiência e política que damos início ao debate sobre direitos humanos, políticas públicas e o futuro do SUAS, buscando compreender como transformar discurso em materialidade e presença concreta na vida das pessoas negras na periferia.

AZUL E BRANCO: Markão Aborígene

*Chegou o dia, aqui faço minha última oração, amém
Sinal da cruz ao passar pelo portão e vem
Sensação estranha
Caminho sozinho, ninguém me acompanha
Nunca vi um céu tão lindo, o ar aqui é diferente
Mal lembrava como era andar com as mãos pra frente
E a cabeça erguida
A partir de hoje eu sei, nenhuma madrugada será fria
Não acredito
Minha mãe veio me buscar e trouxe meu filho
Ó, meu filho, te amo
Prometo nunca mais visto azul e branco, nunca mais
Jão, jamais imaginaria
Que ao ver o ônibus da quebrada sentiria tanta alegria
É estranho, pago a passagem, sento
Não tenho tatuagem na testa, mas sinto julgamento
Mãe, me desculpa se aqui fora não lhe abraçava
Pode deixar comigo, vou ajudar a senhora lá em casa
Peguei os documentos na Unidade, hoje mesmo vou na escola
Fazer minha matrícula, prometo que darei um diploma pra senhora
Minha mãe arrumou meu quarto, até pintou a parede
O banho não será apenas com a metade do sabonete
Respiro fundo e choro, até sinto o gosto
Como foi bom ouvir minha mãe chamar pro almoço
Entrevista de emprego, passei
Vestibular me inscrevi
Primeiro salário ganhei
Bolsa de estudo consegui, olhaí, fí, vai por mim
A gente tem uma chance
Agarre tua liberdade
Como nunca antes...*

DIREITOS HUMANOS PARA QUEM?

Hoje, tornou-se comum ouvir a frase “direitos humanos são para humanos direitos”, muitas vezes repetida sem reflexão e reforçada por discursos midiáticos. No entanto, discutir direitos humanos significa reconhecer que todas e todos, sem distinção, têm direito à educação, à saúde, ao lazer e à convivência familiar e comunitária. Mas, considerando a pesada herança da desigualdade brasileira, acessar direitos muitas vezes é difícil, e, em alguns casos, não se consegue nem ao menos ter forças para sua reivindicação.

No poema de *AZUL E BRANCO* de Markão Aborígene toda a projeção de estabelecer outros futuros possíveis, para “ajudar a mãe em casa” faz referência para o acesso aos direitos: educação, trabalho e renda.

A mídia, ao afirmar que “direitos humanos só defendem bandido”, mobiliza o medo social e contribui para naturalizar a morte de jovens negros e pobres. Esse discurso produz desumanização: vizinhos, amigos e familiares passam a ser vistos apenas como criminosos potenciais, ignorando contextos de fome, abandono, ausência de políticas públicas e desigualdade histórica. É nesse cenário que a distinção racial e de classe se torna evidente: o jovem pobre e preto vira “dimenor” ou “traficante”, enquanto o jovem branco de classe média é chamado apenas de “adolescente” ou “suspeito”.

É sempre importante lembrar que a pobreza brasileira é estratificada, racializada, tem um perfil bem definido que separa o país em dois. Jessé Souza, em *A Ralé Brasileira* (2010), apresenta que a desigualdade constitutiva/originária de nossa história “produziu” uma classe de desclassificados sociais que perfaz um terço da população, boa parte deles está nas ruas, no Sistema Socioeducativo e nas prisões. Essa classe é destituída de muitos recursos/ativos, é oprimida e humilhada, e no campo do trabalho, frequentemente, exerce funções com alta exploração e mobilidade (empregada doméstica, zelador, motoboy etc.) e é via de regra punida por não ter o acesso.

Para Jessé (2010) nossa experiência se constrói através de heranças familiares emocionais e afetivas – que passam de pais para filhos/as e que acabam reproduzindo uma série de representações: a dos/as “vencedores” (ricos, patrões, “de berço”) de um lado, e classes de “perdedores” de outro. Essa forma de organização das relações sociais surte um efeito tão intenso

e prolongado que acabamos em muitos casos internalizando parte do discurso de dominação. Nesse movimento, a vítima torna-se responsável. Cabe aos sujeitos buscar melhorar sua decadência através do próprio esforço, espera-se “honestidade dos pobres” (o “menino” que não virou bandido, o “adulto” que não virou bêbado, a “menina” que não virou prostituta) (SOUZA, 2010).

Márcia Leite (2020), alerta que, no campo do que vem denominando Biopolítica da Precariedade, os corpos mais afetados são estes, os das camadas populares urbanas já tradicionalmente negligenciadas, moradores de favelas e periferias, mas também “os camelôs/trabalhadores informais, os moradores de ocupações, os sem-teto, os dependentes de crack e outros, sempre reprimidos em seus trânsitos e ‘virações’ pelas ruas” (LEITE, 2020, p.8).

A história das infâncias e adolescências brasileiras está imbricada com os olhares e narrativas sobre as organizações familiares, as quais, durante muito tempo, foram contadas a partir da hegemonia de um padrão ou modelo de família – nuclear, branca, letrada, cristã e proprietária, enquadrando as demais organizações familiares como desviadas, desestruturadas, e sem as condições e capacidades necessárias para o cuidado com seus membros.

Com base nesse padrão, as famílias em situação de pobreza eram tidas como incapazes de prover os cuidados com os seus membros. Sobre esse mito criado em torno das famílias das classes empobrecidas, Rizzini (2011, p. 24) destaca que era utilizado como justificativa para a intervenção violenta do Estado, com anuência das elites políticas, e a autoridade designada aos juízes para intervir no “pátrio poder”, na medida em que julgasse a família inadequada para cuidar das crianças e adolescentes.

Foram estas as bases que fundamentaram as primeiras legislações destinadas às crianças e adolescentes, notadamente, o Código de Melo Matos (1927) e Código de Menores de 1979, que refletem o olhar da sociedade naquele período sobre as organizações familiares. As referidas legislações estabeleceram medidas e sanções para as situações em que ocorre o “desvio social” ou a “situação irregular”, baseadas, principalmente, na situação socioeconômica das famílias.

As normas legais legitimaram e refletiram as concepções conservadoras e moralizantes sobre as crianças, adolescentes e famílias, relacionando o que se chamava de “problema do menor” ao “problema da família”, sem estabelecer uma mediação com as expressões da questão

social emergente no país, e conforme destaca Silvia Arend (2010, p.04), persistiu o tratamento a partir da perspectiva direcionada pelos preceitos da família e da infância burguesa.

É neste campo de contradições e desigualdades que se desenvolveram as políticas sociais para crianças e adolescentes brasileiras, permeado por violências, aspectos correcionais, paternalistas e caritativos, que caracterizaram o “problema da infância” ou “questão do menor”, com forte presença da Igreja Católica, e com evidente recorte de classe, perpetuando as desigualdades entre as infâncias privilegiadas e as infâncias empobrecidas, sem o estabelecimento de uma política social efetiva (Rizzini, 2011, p. 16-17).

Apesar dos avanços contidos no arcabouço legal, tendo como marco a CF 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelecendo a doutrina da proteção integral, na qual meninas e meninos são sujeitos de direitos, ainda disputam espaço práticas e discursos que remontam os preceitos dos Códigos de Menores.

Cabe salientar que a ressignificação da forma de compreender as infâncias e adolescências numa sociedade como a brasileira estabelece embate direto no campo dos princípios morais, marcados pelo conservadorismo presente na formação histórico-social do país, que ganha força nos últimos anos com uma nova onda conservadora, a qual tem favorecido o crescimento da extrema direita, pautada no retorno dos discursos sobre a defesa da pátria, da ordem e da família. Cabe destaque que a legitimidade neste processo, não se volta para toda e qualquer família, mas uma suposta família tradicional, cujo processo de desestruturação em curso, seja lá o que isto quer dizer, deve ser combatido.

Portanto, lutar por políticas públicas que garantam dignidade ao povo periférico é enfrentar a necropolítica que opera no cotidiano das cidades brasileiras. Mas afinal, o que é política pública?

Inspirada nas ideias de Sueli Carneiro (2005), políticas públicas devem ser compreendidas como mecanismos estatais capazes de enfrentar desigualdades estruturais, sobretudo aquelas produzidas pelo racismo que organiza as relações sociais no Brasil. Não basta que o Estado proclame direitos no plano formal: é necessário que eles se transformem em condições reais de existência, acesso e proteção. Assim, a política pública é o meio pelo qual o Estado deve intervir

para corrigir injustiças históricas e romper com a suposta neutralidade que, na prática, mantém privilégios para alguns e nega oportunidades para outros.

Nesse sentido, Carneiro afirma que políticas públicas só são efetivas quando desracializam as oportunidades, deslocando a lógica racial que define quem acessa recursos e quem permanece à margem. Elas funcionam, portanto, como instrumentos de produção de igualdade material, reconhecendo que a população negra, por conta da violência histórica e institucional, demanda ações específicas de reparação e equidade. A política pública, neste enquadramento, torna-se um campo estratégico de disputa e construção de cidadania para grupos historicamente excluídos.

O exemplo de Nelson Mandela ajuda a compreender como direitos humanos e políticas públicas caminham juntos. Mandela passou 27 anos preso por lutar contra o *apartheid*, um regime de segregação racial institucionalizado que separava territórios, controlava deslocamentos, proibia casamentos inter-raciais e excluía pessoas negras do acesso à educação e a serviços básicos. Sua trajetória revela como os sistemas de opressão se sustentam por meio da criação de categorias de pessoas consideradas menos humanas.

Ao traçar um paralelo com o Brasil, percebemos que não existe uma lei explícita que determine onde pessoas negras podem ou não estar. Entretanto, a desigualdade estrutural cria mecanismos de segregação que, na prática, produzem exclusões e violências similares às do *apartheid*. A ausência de políticas públicas eficazes, o racismo institucional e a desigualdade no acesso a direitos resultam em um país onde a violência é seletiva e profundamente marcada por raça e território. Surge então, uma pergunta necessária: ***a desigualdade brasileira é menos violenta apenas por ser silenciosa e velada?***



Figura 1 Foto de Tuca Vieira que mostra Paraisópolis e prédio de luxo do Morumbi rodou o mundo e virou símbolo da desigualdade social

A resposta para esta pergunta é Não. E isto pode ser evidenciado através dos diferentes indicadores sobre pobreza, não acesso, violação de direitos. As políticas sociais e o papel do Estado neste contexto precisam se afastar da ideia de universalidade, é preciso se pautar em uma perspectiva ativa de produção de equidade.

Para parte significativa da população, a proteção social que deve ser permitida é “mínima e estigmatizante, gerando vergonha e culpa para inibir uma suposta ‘dependência’ da tutela estatal”. Com base em Esping-Andersen, Regina Mito (2009, p. 135-236), define que o familismo é o padrão no qual as famílias devem ser as principais responsáveis por prover o bem-estar de seus membros, com mínima intervenção do Estado.

Nesse sentido, é necessário assinalar que as políticas sociais brasileiras são marcadas, historicamente, pela forte presença do *familismo* (*centralidade no papel da família para lidar com as desproteções*), e que esta tendência se asseverou a partir dos anos 1990, com a adesão do país

ao receituário neoliberal. Coincide com esse período a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente que, em seu art. 4º, estabelece o dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público em assegurar a proteção integral de crianças e adolescentes, refletindo o texto da CF 1988. Em 1993, aprova-se a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que dentre seus objetivos, estabelecidos no art. 2º, está a proteção à família, e que, posteriormente, seriam materializados na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada em 2004.

A questão crucial não é a centralidade nas famílias, mas sim como tal centralidade tem se materializado a partir da lógica de desmonte do Estado Social. No contexto das desigualdades estruturais brasileiras, que incidem sobre as possibilidades de sobrevivência da população, não é plausível colocar tais famílias como principal responsável por prover a proteção de seus membros, enquanto o Estado somente atua com papel subsidiário, na medida em que as famílias mais pauperizadas não conseguem mais exercer sua função protetiva. Para o enfrentamento ao racismo precisamos de mais Estado.

A materialidade do racismo no orçamento público

O orçamento público é a materialização das políticas sociais: sem recursos, não há escola, não há CRAS, não há equipamentos, tampouco há salário para quem trabalha no SUAS. Em termos formais, o orçamento corresponde à previsão de receitas e à autorização de despesas; na prática, porém, sua distribuição depende de decisão política e da capacidade de participação da sociedade nos processos de planejamento e controle social.

No Brasil, a forma como o Estado arrecada e distribui recursos acentua desigualdades históricas. Os tributos que mais pesam sobre a população são os que incidem sobre consumo, impostos indiretos, embutidos em cada item comprado no supermercado, na conta de água, na passagem de ônibus. Esse modelo regressivo faz com que quem ganha menos pague proporcionalmente muito mais. Diversas análises mostram que, à medida que a renda aumenta, cai a proporção destinada aos tributos. Ou seja: os mais pobres financiam mais o Estado do que os mais ricos, em termos proporcionais.

A pesquisa recente do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) amplia essa compreensão ao revelar como **raça, gênero e renda estruturam a própria distribuição de tarifas**

públicas, como no caso da energia elétrica. O estudo demonstra que mulheres negras, especialmente de baixa e média renda, vivem o ápice da injustiça tributária e tarifária. Em cenários de bandeira vermelha patamar II, famílias chefiadas por mulheres negras podem comprometer até **13% da renda mensal** apenas com eletricidade, enquanto homens brancos de alta renda destinam cerca de **7%**. A conta deles pode ser maior em valores absolutos, mas pesa muito menos no orçamento, evidenciando uma desigualdade que atravessa cada dimensão da vida.

Os dados do Inesc também mostram que famílias chefiadas por mulheres negras de baixa renda têm o menor rendimento per capita (R\$ 309,08) e ainda assim destinam, em média, **11,57%** da renda à conta de luz. Já homens brancos de alta renda, com renda per capita de R\$ 6.772, comprometem **apenas 1,46%**. As famílias chefiadas por mulheres negras são também as que menos conseguem reduzir o consumo: já operam no nível do mínimo vital. Reduzir ainda mais significaria abrir mão de refrigerar alimentos, de tomar banho quente ou de usar ventilador durante ondas de calor extremo. Como aponta o estudo, trata-se de uma **injustiça energética**, forma contemporânea de racismo ambiental.

Diante desse cenário, é fundamental lembrar que imposto e tarifa, quando bem administrados, são instrumentos de justiça social e quando não aplicados de maneira correta contribuem ainda mais para manutenção das violências raciais. A escola pública, o hospital, o asfalto, o parquinho, o Centro de Referência, as políticas de transferência de renda, tudo isso só existe porque a sociedade contribui. O problema não está na existência dos impostos, mas na forma **desigual** como eles incidem sobre a vida de cada grupo social e na **falta de vontade política** para transformar os recursos arrecadados em direitos concretos, especialmente para mulheres negras, pessoas pobres e populações periféricas.

Uma política fiscal justa, na arrecadação e no gasto, passa por reconhecer que raça, gênero e classe estruturam a própria materialidade das políticas públicas. Sem enfrentar essas desigualdades, seguimos reproduzindo um país onde alguns pagam mais para ter menos, enquanto outros pagam menos para ter mais. Isso não é apenas injustiça tributária: **é desigualdade produzida e naturalizada pelo Estado**. Da mesma espécie daquela que quer que os indivíduos encontrem portas de saída, sem ao menos ter as porta de entrada.



Poesia: SILENCIADOR

Markão Aborígene

*E nós?
Que crescemos achando
divertido
A violência entre o Chaves e Kiko
As agressões que sofrem os
professores também têm origem
histórica
Se lembra das palmatórias?
Nossos pais educados na
violência
Nos educaram na violência
E agora só pedem paciência
Família não existe
Estado se omite
Polícia reprime
O jornal imprime
Mídia faz novela, desenho e
filme...
E a toda violência na TV meu
filho também assiste!
Onde isso irá chegar?
No crânio quebrado após o soco
da menina super poderosa
Violência colorida em tom de
rosa
Nega-se atenção!
Meu filho agora não estou no
computador
Ao filho resta a violenta tela de
um televisor
Que neste momento traz o Bope
Faca na caveira
O violento policial é herói de
uma geração inteira
Silêncio, silêncios
Cala a boca vai
Silencia, silêncio
Não importa mais
Tá reclamando menino?
Não há diálogo, só castigo*

Página **10** de **14**

Conteudista: Eulla Yaa dos Santos Alves; Raquel Aragão Uchôa Fernandes.

TEXTO 04: Direitos Humanos, Políticas Públicas e o futuro do SUAS: Materialidade para além do discurso.

*Agressor diz: Ajoelha no milho
E o Estado faz por onde
Desvia
Esconde
Sonega
Criminaliza, mas não cumpre o
ECA
Que pra muitos é o responsável
Pelo adolescente que assassina
ou que trabalha no tráfico
Mas cadê o Estado que nunca
deu escola e flores no parque
Que nunca tratou a infância
como prioridade?
Por que do silêncio?
Talvez porque você também é
violento
São antônimos: Violência e
silêncio
A violência física é fruto de outra
violência, do pensamento
Ou seja
Da negação ao conhecimento
À vocação não trabalhada
Da infância sem alimento
Da falta de água
Da água que invade o barraco
Da mulher que não estuda
Não assinou um cabeçalho
Tem o polegar como assinatura
A violência midiática
É só pra silenciar esta verdade a
muito escondida...
E você...
Se silencia?*

“Silenciador” é uma denúncia em verso: a violência não nasce do nada, ela é um efeito de laços sociais rompidos, famílias fragilizadas, Estado omissor, escolas ausentes, fome, falta de água. A poesia aponta também para a mediação da violência pela cultura (televisão) e a naturalização do policial violento como herói. A chamada final: “E você... Se silencia?”, convoca para a ruptura do silêncio, para perceber que o silêncio também é cumplicidade. O poema liga íntimo e político: a

Página **11** de **14**

Conteudista: Eulla Yaa dos Santos Alves; Raquel Aragão Uchôa Fernandes.

TEXTO 04: Direitos Humanos, Políticas Públicas e o futuro do SUAS: Materialidade para além do discurso.

experiência individual do medo e da agressão é uma consequência previsível de escolhas públicas e da ausência de políticas de proteção.

Este debate não chega ao fim, a desigualdade é secular, mas a politização das ausências, das desproteções e vulnerabilidades vem de agora. Somos nós que teremos que enegrecer o SUAS, politizar o cotidiano, politizar a sociedade, denunciar o racismo e as demais opressões. Há muito caminho a ser percorrido. A produção de enunciados, de fatos políticos, o ato de colocar o problema no “meio do caminho” e tapar os desvios, é parte do enfrentamento. Nós juntos e juntas somos enfrentamento, mas isso é suficiente? Não, é preciso ações efetivas, política, Estado, orçamento, letramento político, racial, comunicação efetiva com a sociedade.

É preciso que o SUAS reencontre o território e que lá faça da implementação da política o exercício cotidiano de revelar as opressões. É preciso racializar e generificar os territórios e os/as usuários/as. Não dá para uma política que se propõe a trabalhar a perspectiva do convívio, participação e protagonismo atuar (e lidar) de forma epidérmica (com debates alusivos às datas de calendário oficiais) em relação a essas questões.

É preciso pensar processos em que os próprios trabalhadores se percebam como pessoas atravessadas por marcadores de identidade, de identificação, como homens, refletindo as questões de masculinidade, sexualidade, parentalidade; como mulheres, refletindo as dimensões associadas às opressões, sobrecarga dos trabalhos de cuidado. Quem acessa a política são mulheres pretas, o contexto é periférico. Como temos lidado efetivamente com estas questões? Precisamos de um SUAS antirracista, antimachista, anticapacitista, entre outros aspectos.

Para finalizar, retomamos mais uma vez a Nego Bispo, quando afirma que “[...] *NÓS SOMOS O POVO DA CIRCULARIDADE [...] A RODA NÃO TEM FIM. QUALQUER LUGAR DA RODA É COMEÇO, QUALQUER LUGAR DA RODA É MEIO, NENHUM LUGAR DA RODA É FIM*”, neste sentido, encerramos este último texto com algumas questões direcionadas a cada um e cada uma de vocês: *O que estão fazendo para enegrecer o SUAS? As suas práticas de trabalho contribuem para enegrecer o SUAS? E os territórios? E os/as usuários?*

Não vai chegar um pacote pronto, vamos encontrar os caminhos, nas confluências, nas desnaturalizações, na politização da ação de cada dia, avante, já passou do tempo de efetivamente enegrecermos o SUAS.

DICAS CULTURAIS

Para ampliar nossas reflexões e repertório sobre os temas discutidos no curso, seguem algumas indicações culturais:

 **Série: Cidade dos Homens, Episódio “Tá Sobrando Mês”:** Este episódio é uma porta de entrada potente para discutir circulação de renda, precarização do trabalho e a vida cotidiana na periferia. A narrativa acompanha a dificuldade de “fechar as contas” no fim do mês, mostrando a ausência de carteira assinada, os bicos, as estratégias de sobrevivência e as desigualdades estruturais que atravessam a juventude periférica. Ótimo para provocar debates sobre o que é trabalho digno e como o orçamento familiar se constrói.

 **Filme O Fim do Recreio:** Uma obra leve, criativa e muito didática, onde crianças se mobilizam para impedir a aprovação de uma lei que proibiria o recreio escolar. O filme mostra, de forma acessível, o que significa participação política, mobilização coletiva, defesa de direitos e o impacto das políticas públicas no cotidiano. Excelente para discutir com adolescentes como eles também podem ocupar espaços de decisão.

 **Leitura - República Luminosa (Andrés Barba):** Um suspense que aborda, de maneira sensível e inquietante, a relação entre infância, violência e medo social. O livro trata da chegada de um grupo de crianças a uma cidade e da forma como os adultos reagem a elas, explorando temas como desumanização, controle e percepções distorcidas sobre juventudes que vivem à margem. É uma leitura potente para discutir como a sociedade constrói imagens sobre crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm , Acesso em 29/05/2022.

CARNEIRO, Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como Fundamento do Ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

INESC. Energia e interseccionalidade: o impacto das tarifas de energia elétrica no orçamento das famílias brasileiras. Instituto de Estudos Socioeconômicos. 2025.

LEITE, Márcia Pereira. Biopolítica da precariedade em tempos de pandemia. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social –Rio de Janeiro –Reflexões na Pandemia 2020 –pp. 1-16. Disponível em: <https://www.reflexpandemia.org/texto-23>. Acesso em: 15 de julho de 2020.

LIMA, Mirella Cavalcante Vilar; UCHÔA, Raquel de Aragão Fernandes. Famílias confinadas, infâncias desprotegidas: apontamentos sobre os impactos da pandemia da Covid19 sob a égide do governo Bolsonaro. HISTÓRIA UNICAP, Recife, PE, Brasil, v. 9, n. 17, p. 71–90, 2022. DOI: 10.25247/hu.2022.v9n17.p71-90. Disponível em: <https://www1.unicap.br/ojs/index.php/historia/article/view/2140>. Acesso em: 24 nov. 2025.

MIOTO, Regina Célia. Famílias e políticas sociais. In: BOSCHETTI, Ivanete; BERHING, Elaine Rosseti; SANTOS, SILVANA Mara de Moraes dos; MIOTO, Regina Célia Tamasso (Orgs). Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2009.

RIZZINI, Irene; Francisco Pilotti (orgs.). A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SOUZA, Jessé. **A Ralé Brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.